

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO
CAMPUS PASSO FUNDO
LUIS ALFREDO DEOLINDO DA SILVA SCHNEIDERS

**A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA TVL MUNICIPAL:
VALORES-NOTÍCIA DO JORNAL DA CÂMARA**

PASSO FUNDO

2017

LUIS ALFREDO DEOLINDO DA SILVA SCHNEIDERS

**A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA TVL MUNICIPAL: VALORES-NOTÍCIA
DO JORNAL DA CÂMARA**

Monografia apresentada ao curso de jornalismo da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial na obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo, sob Orientação da Professora Dr^a Sonia Regina Schena Bertol

Passo Fundo

2017

LUIS ALFREDO DEOLINDO DA SILVA SCHNEIDERS

**A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NA TVL MUNICIPAL: VALORES-NOTÍCIA
DO JORNAL DA CÂMARA**

Monografia apresentada ao curso de jornalismo da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial na obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo, sob Orientação da Professora Dr^a Sonia Regina Schena Bertol.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra^a Sonia Regina Schena Bertol - Orientadora

Prof. _____ - _____

Prof. _____ - _____

Dedico este trabalho e a minha conclusão do curso de Jornalismo, aos meus pais que me incentivaram ao ingresso na graduação e no decorrer do curso me deram apoio, a minha esposa que sempre esteve ao meu lado nesta caminhada e ao meu filho pelo qual dedico todo meu empenho e de onde retiro minhas forças para cumprir mais esta etapa.

RESUMO

O presente trabalho realiza análise dos valores-notícia, da mídia Legislativa (TV Câmara de Passo Fundo), na produção de conteúdo jornalístico entregue de forma direta a população do município através do canal 16 da NET, Youtube, através de streaming, e utilizada como fonte para outros veículos de comunicação. Pretende-se com este estudo identificar através da rotina dessa produção, qual é o produto jornalístico do seu mais antigo e importante programa jornalístico, o Jornal da Câmara. Os métodos utilizados para a consecução dos resultados foram: pesquisa bibliográfica, e a análise dos valores-notícia do principal produto jornalístico da emissora, de forma descritiva e analítica, o Jornal da Câmara. Foi identificado por intermédio dos valores-notícia reconhecidos na amostragem, que a produção do principal programa do segmento do jornalismo da TV Câmara de Passo Fundo utiliza de técnicas jornalísticas, mas está em conflito com o conceito de jornalismo, quando comparados com as teorias que atribuem à prática, a defesa dos interesses da sociedade. Esta condição acaba aproximando sua produção de conteúdo com o identificado nas assessorias de imprensa, que possuem uma estrutura em função do seu principal cliente ou pauteiro.

Palavras-Chave: Mídia legislativa. Valores-notícia. Canal aberto. Jornal Câmara.

ABSTRACT

The present work analyzes the news values of the Legislative Media (TV Câmara de Passo Fundo), in the production of journalistic content delivered directly to the population of the municipality through channel 16 of NET, Youtube, through streaming, and used as source for other media. The aim of this study is to identify, through the routine of this production, the journalistic product of its oldest and most important journalistic program, Jornal da Câmara. The methods used to achieve the results were: bibliographic research, news of the main journalistic product of the issuer, in a descriptive and analytical form, Jornal da Câmara. It was identified through the news-values recognized in the sampling that the production of the main program of the journalism segment of TV Câmara de Passo Fundo uses journalistic techniques, but is in conflict with the concept of journalism, when compared to the theories that attribute to practice the defense of the interests of society. This condition ends up approaching its content production with that identified in the press services, which have a structure depending on their main client or patron.

Keywords: Legislative media. News-values. Open channel. Newspaper Camera.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elenco de valores-notícia	31
Quadro 2 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 10/07/2017	34
Quadro 3 -Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 13/07/2017	36
Quadro 4 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 24/07/2017	39
Quadro 5: Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 14/08/2017	41
Quadro 6 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 22/08/2017	43
Quadro 7 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 29/08/2017	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TEVÊS LEGISLATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO.....	11
2.2 O CAMINHO DOS CANAIS LEGISLATIVOS NO BRASIL.....	13
2.3 TV CÂMARA DE PASSO FUNDO.....	15
2.3.1 Canal aberto.....	16
3 JORNALISMO E POLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE PODERES.....	18
3.1 OBJETIVO E A DIFERENÇA ENTRE TVL E TV PÚBLICA.....	18
3.2 A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DO PROFISSIONAL JORNALISTA.....	20
3.3 JORNALISMO NA POLÍTICA.....	23
4 O TELEJORNALISMO NO BRASIL.....	28
5 METODOLOGIA.....	30
5.1 ELENÇOS DOS VALORES-NOTÍCIA.....	31
6 VALORES – NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA.....	33
6.1. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 10 DE JULHO DE 2017.	33
6.1.1 Descrição.....	33
6.1.2 Análise.....	34
6.2. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 13 DE JULHO DE 2017.	35
6.2.1 Descrição.....	35
6.2.2 Análise.....	36
6.3. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 24 DE JULHO DE 2017.	37
6.3.1 Descrição.....	37
6.3.2 Análise.....	39
6.4. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 14 DE AGOSTO DE 2017.....	40
6.4.1 Descrição.....	40
6.4.2 Análise.....	41
6.5 JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 22 DE AGOSTO DE 2017.....	42
6.5.1 Descrição.....	42
6.6. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 29 DE AGOSTO DE 2017.....	44
6.6.1 Descrição.....	44
6.6.2 Análise.....	45
6.7 Resultados da Análise.....	47

7 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	50
Anexo 1	54

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, desenvolvido para a conclusão do curso de Jornalismo, na Universidade de Passo Fundo (UPF), busca entender quais são os valores-notícia na cobertura jornalística da casa legislativa de Passo Fundo através do Jornal da Câmara, principal programa jornalístico da TV Câmara, que leva diretamente a informação para os cidadãos, além de alimentar veículos e empresas jornalísticas privadas do município.

A relevância da presente análise consiste no fato de que a TV Câmara de Passo Fundo possui desde o ano de 2015, a liberação do Ministério das Comunicações, para iniciar sua transmissão em canal aberto através do canal 43, o que resultará em uma abrangência de 100% dos televisores da cidade, número que atualmente é de 28%, cobertura da TV a Cabo que realiza sua transmissão. A emissora encontra-se em processo de adequação ao sinal digital, pré-requisito para a nova modalidade de transmissão.

Pensando na análise que desejamos conduzir, cabe questionar a atuação do canal quanto a possível relação assistencialista e paternalista do Poder Legislativo, quando se apropria de técnicas jornalísticas para influenciar a opinião pública, quando opera em um poder que é constituído para ser fiscalizador da gestão do município.

No segundo capítulo, iremos conhecer um pouco sobre a história das Televisões Legislativas (TVL) no Brasil e no mundo, como surgiram e propósitos. Após, entendermos a história e o processo desse tipo de veículo de comunicação o estudo focará durante o terceiro capítulo na ótica jornalística sobre o tema. Veremos a identidade do profissional jornalista e a evolução da prática no mundo, além dos conceitos da relação do jornalista na política. No capítulo posterior vamos abordar em um breve relato como começou o telejornal em nosso país. No quinto, apresentaremos a metodologia de análise do objeto deste trabalho e no sexto e último, vamos identificar quais valores-notícia utilizados na TV Câmara de Passo Fundo, considerando seu principal programa jornalístico Jornal da Câmara, através de análise que utilizará uma semana construída entre os meses de julho e agosto deste ano.

2 TEVÊS LEGISLATIVAS NO BRASIL E NO MUNDO

Conforme mencionado anteriormente à os canais legislativos são recentes, quando comparado aos 81 anos da televisão no mundo. O primeiro registro de um canal no formato legislativo ocorreu em 1981 nos Estados Unidos, surgiu após a divisão da emissora de rádio parlamentar que estava no ar desde 1979, a *Cable Satellite Public Affairs Network* (C-SPAN). Atualmente o grupo compreende duas emissoras de rádio e três de televisão no sistema a cabo, responsáveis pela divulgação das ações do parlamento americano, incluindo transmissões ao vivo das reuniões dos plenários, comissões e produções jornalísticas que são transmitidas além das fronteiras americanas, como Canadá e Europa. (C-SPAN, 2017).

Também é importante ressaltar que sua programação contém comunicados oficiais e debates entre candidatos presidenciais. Outro fato relevante é de que apesar de constituídos por ações de casas parlamentares, os canais que ao todo são cinco, possuem caráter privado, e são pertencentes e mantidas pela operadora de TV a Cabo, que arrecadam seus recursos das taxas do serviço por assinatura. (C-SPAN, 2017).

O C-SPAN, além da mais antiga, é a TV legislativa com maior difusão entre o público, em 1983 o canal já alcançava 3,5 milhões de domicílios, sendo que hoje possui cerca de 100 milhões de pontos de televisão a cabo, oferecendo acesso 24 horas por dia aos assuntos públicos e políticos, aos processos governamentais dos EUA, às legislaturas internacionais, além de discussões de livros de ficção e características da história americana. (C-SPAN, 2017).

Ainda segundo as informações do sítio do canal (C-SPAN, 2007), as emissoras do parlamento americano concentram sua grade na veiculação integral e ao vivo das reuniões plenárias e das comissões do Congresso, sendo os de televisão: o C-Span 1 (criado em 1979) em 19 de março de 1979 mais precisamente, teve sua primeira transmissão da Câmara americana. Nesse dia, com um discurso de um minuto do então congressista Al Gore, a TV chegou a mais de três milhões de casas americanas via cabo e satélite.

Conforme apresentado em seu site a C-SPAN (2017), no ano de 1986, quando o Senado dos Estados Unidos votou para televisar seus debates, o C-SPAN lançou um segundo canal, o C-SPAN2, para fornecer acesso as informações da casa e nos fins de semana, desde 1998, o C-SPAN2 torna-se o Book TV, que abrange os eventos de livros. Em 2001, o C-SPAN3 foi lançado para fornecer acesso a eventos adicionais de assuntos públicos, em particular a cobertura ao vivo das principais audiências do Congresso. Nos fins de semana, o

C-SPAN3 torna-se American History TV, criado em 2011 para oferecer palestras históricas, histórias orais, características de vídeo e séries especiais de história. (C-SPAN, 2017).

Atualmente a emissora possui 285 funcionários e produz cerca de oito (8) mil horas de programação original de assuntos públicos a cada ano. Em 1997, adicionou o C-SPAN Radio, disponível na área de Washington DC e através de um aplicativo móvel para IOS (sistema operacional móvel da Apple Inc) e Android (sistema operacional baseado em Linux que opera em celulares smartphones, netbooks e tablets). (C-SPAN, 2017).

Em 2010, a C-SPAN lançou a versão digital de sua biblioteca de vídeo, possibilitando o acesso à cobertura diária e mais de 200 mil horas de conteúdo político arquivado desde 1987, disponível na internet em www.c-span.org. Suas operações são financiadas inteiramente pelas empresas de cabo, satélite e telecomunicações que distribuem seus canais aos seus clientes de vídeo.

Assim como no Brasil, nos países europeus, a trajetória das TV's parlamentares, como são chamadas naquele continente, é mais recente e estreia na década de 1990. Um dos primeiros canais, criados com a finalidade de noticiar os trabalhos do parlamento, foi o francês La Chaîne Parlementaire (LCP), que desde 1993, transmite pelo canal 24 horas diárias de programação, repartidas entre o Senado e a Assembleia Nacional. A LCP é veiculada diariamente por cabo e por satélite e, às quartas-feiras, ainda pelo canal estatal aberto TV France 29. (LA CHAÎNE PARLEMENTAIRE, 2017).

Segundo Santos (2006), a emissora francesa mantém sua transmissão na obrigatoriedade das operadoras a cabo e também por satélite em veicular de forma gratuita para o poder público legislativo, o seu conteúdo. Mas ao contrário do pioneiro C-SPAN, se mantém pelo financiamento público (uma verba anual de mais de 60 milhões de euros) e seus dirigentes são eleitos pelos legisladores para um período de quatro anos.

No velho continente os modelos desse tipo de canal com transmissão por cabo, se assemelham em diversos países como em Portugal, que possui o Canal do Parlamento ou ARTV como é conhecido. Que desde 2001 transmite em sua programação, as atividades do Congresso Nacional. (ARTV, 2017).

Santos (2006, p.6 - 7), lembra que apesar de mais comum, a transmissão a cabo não é a forma exclusiva de veiculação utilizada pelas emissoras legislativas europeias. Existem também outros modelos, como na Alemanha com a Bundestag-TV e na Espanha com o Parlamento Andaluz. O canal alemão que produz um conteúdo parecido à de outras emissoras legislativas (transmissão ao vivo das reuniões plenárias, debates e telejornais temáticos), veicula seu conteúdo integralmente pela internet. No Parlamento Andaluz, da mesma forma

que em outras regiões europeias, o canal produz programas semanais que são veiculados por canais comerciais ou públicos, a partir de acordos, convênios e contratos. Um exemplo é o do Canal Público de Televisão da Catalunha (CanalSur TV), que transmite um dos programas pioneiros do estilo em toda a Espanha, que é veiculado em quatro edições semanais desde 1990.

Santos (2006), explica que na América do Sul, assim como na Europa, os canais parlamentares ou legislativos como são conhecidos no continente, iniciam suas atividades apenas a partir de 1995, tendo alguns com início somente nos anos 2000. Nesse processo, Brasil e Argentina destacam-se como pioneiros. O autor lembra que apesar de existir na maioria dos países latino-americanos e ter como predominante o modelo de um canal para cada parlamento e com transmissão de sessões ao vivo via TV a cabo e sob a responsabilidade do próprio parlamento, somente quatro transmitem pela televisão (Argentina, Brasil, Chile e Venezuela), sendo que atualmente apenas o Brasil e a Venezuela possuem transmissão por canais abertos.

2.2 O CAMINHO DOS CANAIS LEGISLATIVOS NO BRASIL

Conforme Rosseto (2005), o primeiro sinal de televisão por assinatura no Brasil surgiu com a transmissão a cabo em 1958, em Petrópolis (RJ), com a finalidade de melhorar a recepção de sinais da TV convencional. Esse modelo ainda segundo a autora, ficou mais de 15 anos sem avanços ou investimentos, e somente em 1971 surge alguma estrutura com a primeira distribuidora de sinais de TV por pagamento, a subsidiária da TV Globo, Televisão por Cabos Ltda. (TVC).

Em paralelo no Rio Grande do Sul, a Universidade Federal sediada no Estado (UFRGS), elabora um projeto público para o segmento, que é negado pelo Ministério das Comunicações:

Três anos mais tarde a Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) apresentou um projeto de montagem da estrutura de uma televisão segmentada na cidade de gaúcha de Venâncio Aires. A instituição tinha como objetivo estudar a nova tecnologia de transmissão, o que foi negado pelo Ministério das Comunicações (Minicom), alegando já ter recebido propostas de grupos particulares (ROSSETO, 2005, p. 3).

Durante esse período a instalação desse tipo de serviço avançava sem qualquer discussão no país e a critério do Ministério. Não havia concorrência ou legislações específicas que poderiam nortear o processo, foi então que a Associação de Promoção da Cultura em 1975 denunciou o modo de distribuição das permissões de transmissão a cabo realizada pelo

Minicom. Mesmo sem legalização, em 1976 empresários de São José dos Campos implantaram o sistema a cabo, eram sete canais convencionais com mais qualidade. Porém a iniciativa não durou muito tempo e a operadora logo foi fechada. (ROSSETO, 2005).

Apesar da ilegalidade e da longa pausa das discussões sobre a regulamentação do serviço de TV a cabo, as empresas não pararam. O mercado continuava se expandindo sem amparo legal até 1988. Em 1986 foi instalada a primeira operadora regular, em Presidente Prudente, interior paulista. Seu amparo legal estava na portaria recém-lançada 143 (ROSSETO, 2005, p. 4).

Rosseto (2005), explica que foi nessa época que o procedimento de regulamentação da TV por assinatura no país iniciou através do Decreto 95.744 de 1988 que regulamentou, sem qualquer discussão pública, o chamado Serviço Especial de Televisão por Assinatura, lançando as bases do UHF codificado e do satélite. Após um ano de publicação do decreto, para garantir maior estabilidade para os investidores. “O então ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães editou a Portaria 250 em substituição à antiga, implantando o serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos (Distv)”, (ROSSETO, 2006, p. 5).

Toda essa tentativa de regulamentação dos canais a cabo influenciou diretamente na criação dos canais públicos. A ideia já consolidada de canais de comunicação do poder legislativo com a população já sendo antiga na radiodifusão, desde os anos 1930, com os programas como A Hora do Brasil/A Voz do Brasil (RADIOBRÁS, 2017), não foi esquecida pela Lei da TV a Cabo, 8977/95, em seu art. 23, que garantiu o surgimento dos canais de televisão legislativos (TVL). (BRASIL, 8977/1995. Art 23).

Através dos canais denominados de Básicos de Utilização Gratuita (CBUG's), passa a ser obrigatório na grade das operadoras de televisão a cabo, os canais de interesse público, entre eles os parlamentares. De acordo com Santos (2006, p. 9), essa designação foi resultado “de um intenso debate que se deu em 1994 em torno de uma regulamentação mais abrangente da TV a Cabo e que envolveu polêmicas em relação às posições defendidas pelo parlamento, por grupos empresariais de mídia e por entidades setoriais da sociedade civil”.

Para Santos (2006), o termo TVL surge no país junto com as primeiras emissoras pertencentes a casas parlamentares, inventadas para divulgar em canais de televisão a cabo, garantidos pela Lei do cabodifusão, as programações dos respectivos legislativos. As primeiras emissoras desse segmento no Brasil foram respectivamente, TV Assembleia de MG (1995), seguida da do Senado (1996) e Câmara Federal (1998).

Apesar de pioneiras na transmissão audiovisual do parlamento, a concepção sobre a divulgação do trabalho legislativo, nasce ainda na nos anos 50, e nos legislativos municipais.

Um dos mais antigos experimentos de divulgação de sessões parlamentares foi no interior do Estado de São Paulo, em Tambaú.

De 1952 a 1963, a Câmara de Vereadores local manteve um contrato com rádios locais de prestação de serviços de transmissão radiofônica das sessões da Casa, na íntegra para os ouvintes do município, devido à importância dos cidadãos dos distritos e da zona rural que não podiam ir pessoalmente à Câmara, acompanharem os trabalhos de seus vereadores. (Atas da Câmara Municipal de Tambaú, Livro 12, p.41, 1952 apud SANTOS, 2006, p.9).

2.3 TV CÂMARA DE PASSO FUNDO

O contexto jornalístico em que a TVL do município está inserida é de uma imprensa local de importante produção diária de conteúdo. Na cidade existem dois jornais impressos de circulação diárias consolidados e quase centenários, O Nacional e o Diário da Manhã. Além desses, existem diversos jornais periódicos como, por exemplo, A Nota, Troca-Troca Uirapuru O Rotta entre outros.

Além dos impressos, Passo Fundo ainda possui uma importante rede de rádios AM e FM, como Uirapuru, Planalto, Diário da Manhã, Mais Nova, UPF e Atlântida. Ainda o município mantém uma forte presença na televisão, através da RBS Passo Fundo (afiliada a Globo) e TV Pampa (afiliada a Rede TV). É importante dizer que entre as TV's da cidade, mesmo sem transmitir em canal aberto, a TV Legislativa de Passo Fundo, é a emissora que possui a maior programação diária com seis horas ininterruptas de transmissão pelo canal 16 da NET, de segunda a sexta das 20h às 02h. (TV CÂMARA PASSO FUNDO, 2017).

Levando em consideração a recente história das TVL's com a sua regulamentação e criação em 1995, podemos afirmar que a Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo foi ágil na instalação da sua TV. Já no ano de 1999, poucos anos após o surgimento do modelo no país, a casa registra sua primeira ação com a finalidade de instituir o seu canal.¹

Segundo informações do site da TV Câmara de Passo Fundo (2017), em primeiro de dezembro de 1999, a câmara municipal aprovou por unanimidade a Resolução da Mesa Diretora 02/1999, que estabeleceu o serviço de TV a cabo no Legislativo. Com base nessa Resolução a câmara do parlamento municipal, organizou seu orçamento e estrutura para que no ano seguinte, em 15 de maio de 2000 mais precisamente, passasse a transmitir pelo canal

¹Resolução do Plenário 15/99, Institui o Serviço de TV a Cabo na casa e meses depois a Resolução da Mesa Diretora 02/99, cria a Comissão Especial para Estudos Sobre a Viabilidade de Transmissão de Atos da Câmara pela TV a Cabo.

16 da NET, suas atividades. Na época foram quatro horas diárias de conteúdo com apresentação das Reuniões Plenárias, Jornal de Notícias, programas de variedades.

Conforme informações do site da TV de Passo Fundo (2017), em plena expansão, em 2001 a emissora firmou parceria com a TV Assembleia de Porto Alegre, onde passou a dividir a transmissão, sendo que em 2002 inaugurou estúdio próprio, abrindo espaço para participação da comunidade aumentando sua programação para seis horas diárias.

No início de 2009 reformulou sua programação apresentando para a comunidade, novos programas, novos cenários, criando assim uma identificação com o telespectador. Em 2015 a TV passou realizar transmissões pela internet, de forma ao vivo pela internet (via streaming). (TV CÂMARA PASSO FUNDO, 2017).

Ainda segundo as informações divulgadas em sua página na internet, em 2017 a TV do legislativo de Passo Fundo comemorou 17 anos de transmissão, reformulou cenários e realizou parcerias com entidades para a realização de programas com temas de importância social e como o Núcleo experimental de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo, o Nexjor, incentivando a interação com assuntos de relevância da sociedade e fomentando o aprendizado dos futuros jornalistas. A emissora ainda realiza cobertura das Sessões Plenárias, Sessões Solenes e Audiências Públicas. Tem como foco principal divulgar o trabalho de todos os vereadores. A programação é das oito da noite às duas horas da manhã.

Atualmente a emissora possui 15 programas sendo eles: Jornal da Câmara transmitido de segunda a sexta-feira às 20h; Arquivo de Notícias veiculado aos sábados às 20h, com reprise aos domingos no mesmo horário e ainda o Câmara Saúde; Literatura Local; Educação e Cidadania; CMP (Centro Municipal de Professores); Câmara Mulher; Câmara Entrevista; Momento Cultural; Política em Ação; SIMPASSO (Sindicato dos Funcionários Municipais); Câmara Debate; Câmara Ecologia; além de dois programas de cunho social, cultural e educacional e de interesse da comunidade, produzidos pelo Núcleo Experimental de Jornalismo da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo (NEXJOR), através de Termo de Compromisso. Possui uma estrutura de 17 profissionais, sendo estes responsáveis pela emissora e a partir de 2017, também pela assessoria de imprensa da Casa. (TV CÂMARA PASSO FUNDO, 2017).

2.3.1 Canal aberto

Ainda em 2006 a Câmara dos Deputados, inicia uma série de discussões sobre a viabilidade das emissoras legislativas no país, transmitirem sua programação em canal aberto.

O resultado desse processo ocorreu somente em 2012, através do Ato da Mesa daquele parlamento registrado com o número 52, criando a Rede Legislativa de TV Digital. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Já no ano seguinte o legislativo municipal, abriu processo junto ao Ministério das Comunicações, solicitando liberação para transmitir por meio digital e em canal aberto sua programação. (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO FUNDO, 2017).

A resposta da liberação do sistema em canal aberto, segundo notícia publicada no site da TV Câmara de Passo Fundo (2016), foi informada pelo Ministério das Comunicações em 29 de setembro de 2015, e desde então a câmara municipal vem se adequando ao formato digital, requisito fundamental para a transmissão em canal aberto.

Com a liberação do sistema pelo Ministério, a TV de Passo Fundo possuirá sintonia através do canal 43, abrangendo todos os lares da cidade e com uma programação de 24 horas. Muito diferente da atual realidade, que transmitida por TV a cabo, possui cobertura de cerca de 30 por cento dos domicílios do município. (TV CÂMARA, 2016).

Para dar sequência ao processo de instalação, a Câmara de Vereadores de Passo Fundo encaminhou no ano passado (2016), o projeto técnico para viabilização do canal aberto ao Ministério das Comunicações e aguarda a aprovação do mesmo para então, executá-lo. (TV CÂMARA, 2016).

Informações divulgadas através do sítio do Ministério das Comunicações (2017), aponta que no Rio Grande do Sul estão em fase de instalação do sistema em canal aberto, incluindo o de Passo Fundo, 11 canais legislativos. Com essa consolidação, o Estado terá a maior rede de comunicação legislativa do país.

3 JORNALISMO E POLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE PODERES

A justificativa do título deste capítulo encontra-se na concepção de que o jornalismo constituiu um quarto poder na sociedade (MEDINA, 1982), sendo ele o único a não pertencer à estrutura oficial da república. Nessa estrutura existem os chamados três poderes: executivo que realiza a gestão; legislativo que fiscaliza e elabora as leis e o judiciário que conduz a ordem e a aplicação das leis no país. (BRASIL, 1988). Partindo desse pensamento, é possível conceber a ideia de relação entre esses poderes, quando o jornalismo sendo o poder e representando a sociedade, está diretamente atuando em função do Legislativo. Caso da televisão legislativa.

Conforme divulgado na página da internet da Câmara dos Deputados (2017), é possível afirmar que em poucos anos o número desse tipo de canal aumentou significativamente em nosso país. A Rede Legislativa de TV Digital que encerrou 2016 com 42 cidades brasileiras terá uma abrangência de mais de 50 milhões de brasileiros, que estarão aptos a assistir sua programação de forma gratuita. Para o ano 2017, a Rede pretende alcançar mais 15 emissoras, entre elas à de Passo Fundo.

Mas o dado que demonstra o crescimento dessa modalidade de canal no país, vem do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2017), que conforme levantamento, aponta que o Brasil possui atualmente 82 canais autorizados para iniciar a transmissão digital em sinal aberto e que outras 382 emissoras já solicitaram através da Câmara dos Deputados, a autorização para prosseguir com a expansão e se entregar a rede. Seguiremos nossa análise.

3.1 OBJETIVO E A DIFERENÇA ENTRE TVL E TV PÚBLICA

Para entender e conceituar a atuação das Televisões Legislativas (TVL) é importante realizar um breve relato sobre o seu propósito, relação com a política e a diferença da TV Pública.

Antes vamos lembrar a recente história entre a política e a televisão em nosso país, através das concessões públicas. Essa relação conforme Rubim (2001), em sua maioria foi gerenciada por grupos políticos, reflexo da estrutura do setor iniciada ainda em 1964, o qual limitava pela concorrência externa as manifestações locais e servindo aos tradicionais capitais já consolidados no Brasil. Nesse contexto emergem basicamente os interesses políticos e

econômicos. Essa política acaba sendo praticada entre sucessivos governos, tendo como moeda de troca a manipulação de emissoras de rádio e televisão.

Essa forma de concessões foi reconhecimento com facilidade durante o governo de transição de José Sarney (1985), quando o país passava da ditadura militar para o sistema democrático. O modelo de concessão que ainda é utilizado até hoje, como demonstra a trecho do livro **“Qual lógica das políticas de comunicação no Brasil?”**, do jornalista César Bolaño:

Durante o governo do presidente José Sarney as concessões foram ostensivamente utilizadas como moeda política, dando origem a um dos episódios mais antidemocráticos do processo constituinte. Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para Presidente foram negociadas 418 novas concessões de rádio e televisão. Com isso, cerca de 40% de todas as concessões feitas até o final de 1993 estavam nas mãos de prefeitos, governadores e ex parlamentares ou seus parentes sócios (JAMBEIRO citado por BOLAÑO, 2007, p. 17).

Foi então no governo Sarney a consolidação das relações estritamente políticas sobre a articulação da comunicação no país. Rubim (2001), explica que as concessões foram concebidas na época como moeda de negociação do novo jogo político. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães foi além.

ACM não utilizou as concessões como moeda de troca somente no apoio aos cinco anos de mandato presidencial para Sarney, aproximando-se mais ainda do presidente. Em um patamar de atuação regional, ele destinou, para a Bahia, 96 concessões de rádio e seis de televisão, isto é, 10,2% do total de concessões efetuadas pelo ministério (RUBIM, 2001, p.7).

É nessa concepção de difusão das concessões no país, que se desenvolvem poucos anos depois a criação das televisões institucionais e públicas. Segundo TORVARES (2007, p.102), os canais Institucionais são destinados às instituições de caráter público. São os canais dos legislativos que têm como missão se comunicar com a sociedade. Sua relação com a política, como já foi visto anteriormente, é prevista na Lei que regulamenta sua atividade no art.23, Inciso I, alínea b, que prevê a criação desse tipo de canal planejado para o uso das Câmaras de legislativas, sendo essa TV responsável pelo registro dos trabalhos legislativos, especialmente a transmissão ao vivo de suas sessões.

Por sua vez a TV de caráter público, traz conforme TORVARES (2007, p. 105), cinco eixos fundamentais que são eles: a democracia, a cidadania, a visibilidade dos atores sociais, a linguagem audiovisual e os gêneros e os discursos que a televisão deve ter e experimentar.

Esses fundamentos se realizam na autonomia da televisão pública, tanto do Governo como de todos os poderes constituídos, para que seja o local onde aconteçam os

projetos de comunicação plurais, diversificados e de qualidade e da cidadania, pois esta deve ser a perspectiva de uma televisão pública. (TORVARES, 2007, p. 105).

Esse esclarecimento aborda uma das questões mais básicas do jornalismo em quanto comunicação pública: a participação do telespectador enquanto cidadão através de um sistema que equilibre fatores de visibilidade, transparência e noticiabilidade, sempre norteadas pelo interesse e relevância pública. (TORVARES, 2007).

Ainda sobre essa relação, o pouco tempo e a falta de estudos aprofundados sobre o tema, torna difícil o entendimento dessa relação.

Essa multiplicidade de objetivos pressupõe também uma multiplicidade de atores sociais envolvidos, tornando difícil a conceituação da comunicação pública como uma modalidade da comunicação política. Se estamos nos referindo à legitimidade e a representatividade do poder estatal no sistema político, essa modalidade de comunicação é aquela travada unicamente entre partidos, candidatos, eleitores e mídia, e então poderia ser considerada como política. Mas se aceitarmos um fluxo contínuo de comunicações que vão do governo ao cidadão, mas também fazem o caminho de volta, do cidadão ao governo, teremos que admitir a diversidade de gêneros e formas de expressão que incluem os aspectos formais, informal, imaginário e a questão do limite entre o espaço público e privado (MATOS, 1999, p. 02).

Uma prática, que segundo o autor, pode até partir de instâncias do Estado, mas que tem por base a ambição de contribuir para identificar à utilidade pública, alimentar o conhecimento cívico, fomentar a cidadania e garantir o debate. Essa distinção entre comunicação política e pública deve ser considerada.

3.2 A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DO PROFISSIONAL JORNALISTA

Cremilda Medina (1982), afirma que o jornalismo exerce uma função de relevância em qualquer sociedade. A atividade é considerada como uma prática social. De maneira mais ampla o jornalista pode ser visto como um intermediário no tráfego social da informação, essa condição é histórica e suas consequências ganham relevância numa época em que as narrativas impostas se sobrepõem e determinam os fatos. No Brasil a prática, sofre constantemente com duras críticas, pelo seu comportamento em relação à imparcialidade, e seu verdadeiro papel em um cenário de fácil acesso a informação.

Para aqueles que nunca ouviram falar, a autora apresenta a tese de que o jornalismo já foi considerado o “quarto poder”. “Vinculado ao processo de profissionalização da atividade no início do século XX, teve na França sua consolidação após a Primeira Grande Guerra,

como uma resposta da sociedade a falta de credibilidade do governo junto à população”. (MEDINA, 1982, p.22).

Ainda conforme a autora, esse período durou cerca de 40 anos. Durante esse tempo, a prática jornalística mundial exercia ao extremo a responsabilidade social da profissão, mantendo-se acima das disputadas sociais e incorporando a função de “cães de guarda da sociedade”.

Concepção liderada pelo jornalismo americano, que no período se destacou pela investigação e fiscalização dos poderes públicos, encarnado o papel de agentes a serviço da sociedade. “Quando a produção jornalística inclina para se tornar algum tipo de mercadoria, automaticamente antigos valores como verdade, imparcialidade e papel cívico da prática enfraquecem”. (MEDINA, 1892, p. 23).

É necessário ressaltar que em nosso país os processos de profissionalização das empresas jornalísticas não passaram pelo mercado de ações. Conforme Jorge Cláudio Ribeiro (1994, p. 14), ainda no Brasil, se destaca o conflito do autoritarismo centralizador de quem controla a empresa e o pretexto de exigir metas e desempenhos profissionais. “Enquanto a empresa transita entre dois estilos de gestão, impera um duplo discurso, ora com ênfase na confiança e no favor, ora na competência e na exigência”.

Esse fator caracteriza o poder do dono da mídia sobre a empresa e a produção jornalística, que tem como consequência o desprezo da qualidade da pauta, a irrelevância na adoção de critérios éticos e fundamentais, e o exclusivo foco na atividade empresarial e mercadológica. Essa linha de concepção transforma a notícia em um produto lucrativo nesse caso político (RIBEIRO, 1994).

Buscando entender o momento que o jornalismo atravessa, devemos contextualizar o jornalismo como um todo. A profissão que, diga-se de passagem, pode ser exercida sem certificação de graduação em nosso país, ganha relevância quando envolve interesses específicos. Na grande maioria dos veículos de comunicação, as tarefas de levar e produzir informação, são realizadas por profissionais com pouca ou quase nenhuma estrutura de trabalho. Isso implica em recursos tecnológicos, locomoção, reconhecimento profissional e principalmente baixa remuneração. (RIBEIRO, 1994).

A história nos mostra que essa convivência entre esse contexto e função social, na verdade nascem juntos durante o processo de profissionalização do jornalista. Nelson Traquina (2003), explica que motivado pelo aumento da comercialização dos jornais, sobretudo a partir do século XIX, teve como reflexo o crescimento no número de profissionais na atividade. Com esse desenvolvimento em franca expansão é que os jornalistas começam a

se configurar como grupo. A partir disso, começam a buscar maior autonomia e estatuto social, definindo valores e normas sobre o seu papel na sociedade e delineando as representações da identidade profissional.

Apesar de pragmática essa realidade, não se pode afirmar de forma literal, que não exista o pensamento ideológico nas redações dos veículos. Na verdade essa concepção surge juntamente com o jornalismo mercadológico, sendo identificado como “jornalismo informativo”. Desde essa época a atividade vem sendo configurada como um negócio e as notícias como mercadorias que alimentam o desenvolvimento das empresas altamente lucrativas (TRAQUINA, 2003).

Se por um lado a recente história do jornalismo comprova a intenção de “venda” do produto notícia para o alcance de objetivos alheios, é nessa necessidade e contexto de atuação, que a identidade do profissional jornalista deve se construir.

Ainda segundo Traquina (2003, p. 26 - 27), essa construção passa pela aceitação de um modo de vida, que é constituído de valores tais como a noção de imprensa livre e o jornalismo como quarto poder. Vale frisar que esses códigos sustentam de forma reforçada o aspecto digno que os agentes do campo querem atribuir à atividade, definindo o dever do jornalista a partir de princípios altruístas, como o compromisso com a verdade e a sociedade.

Se supunha que o jornalismo deveria servir ao público em sua totalidade e não a interesses particulares (habitual no estilo de jornalismo panfletário do século XIX), nem, tampouco, aos estreitos objetivos comerciais de anunciantes e proprietários” (Hallin, 1996, p. 02).

Traquina (2003), explica que com a profissionalização dos jornalistas ao longo dos séculos XIX e XX, foram estabelecidos valores como a objetividade, a independência, a verdade, bem como a elaboração de normas que constroem os contornos de representações profissionais bem definidos do “bom” ou “mau” jornalista.

A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um ethos² que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos do poder, ou seja, toda a concepção do jornalismo enquanto contra poder. “O ethos jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a atividade jornalística e que não só marca os próprios profissionais do

²Conjunto de costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de um a determinada coletividade, época ou região.

campo jornalístico como também tem sido projetado no imaginário coletivo da própria sociedade” (TRAQUINA, 2003, p.123).

Por isso, afastar-se desses princípios significaria o mesmo que desertar do jornalismo. Da mesma maneira, Medina (1982, p. 24) explica que rejeitar o caráter especial da profissão representaria certo complexo de inferioridade do jornalista que ainda “não se convenceu de seu papel social e rejeita em bloco esse trabalho de estiva, de pequenos grãos de areia perdidos no deserto”.

No exercício do seu papel, o jornalista também é apresentado como uma espécie de porta-voz da opinião pública, defensor dos valores democráticos, que o transforma em um ser totalmente altruísta, e é nessa visão que o jornalista expõe o verdadeiro papel de responsabilidade social. “Uma das maiores ofensas possíveis a um jornalista é insinuar sua vinculação com outros interesses que não sejam as do interesse público” (BARROS FILHO, 2003, p. 123).

Se dependesse única e exclusivamente do profissional jornalista, o exercício da prática baseada em princípios ideológicos seria mais presente no meio. Mas é necessário avaliar que o jornalista sofre constantemente influência e pressão do seu veículo, e que esse jogo, resulta significativamente na formação da sua identidade profissional.

Mesmo com um cenário geral de afastamento da prática jornalística do seu papel social, a ideologia que persiste nos profissionais dessa área, aos poucos vem transformando a realidade, trazendo o jornalismo novamente ao patamar de instrumento social de relevância.

Em seu livro ‘Elementos do Jornalismo’, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p. 22-23) elaboraram uma lista com nove itens fundamentais para o exercício da profissão e que ilustram bem esse espírito de missão:

A primeira obrigação do jornalismo é a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam. 5. Deve servir como um vigilante independente do poder. 6. Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso. 7. Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno. 8. Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada. 9. Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência. (KOVACH ; ROSETIEL, 2003, p. 22 - 23).

3.3 JORNALISMO NA POLÍTICA

Em seu livro *Ética no Jornalismo* (2008, p. 41), Rogério Chistofolletti, trata da importância de medir a distância do jornalismo e a política. Conforme o autor, o experiente

âncora da TV norte-americana Walter Cronkite dizia que “poder e mídia são inseparáveis, embora inconciliáveis”.

Ainda lembra que o jornalismo não pode estar distante dos centros decisórios, porque constitui um importante player no jogo das relações sociais e que estar próximo da política é uma coisa, confundir-se com ela é outra (CRISTOFOLETTI, 2008, p.41).

Sendo assim, o drama do jornalista está no equilíbrio dessa relação, gerenciar as distâncias entre suas fontes, sem desviar das funções que deve desempenhar. “Jornalistas dependem de suas fontes e precisam confiar nelas, mas ao mesmo tempo, devem nutrir uma permanente descrença das informações que lhe são passadas”. (CRISTOFOLETTI, 2008, p.41).

Para evitar qualquer desvio de suas funções, o jornalista deve checar as informações, investigar, apurar e comparar relatos.

Sem dúvida, sem a desconfiança, repórteres e editores aceitariam passivamente as informações de suas fontes, podendo se converter em meros transmissores de versões que interessam a essas fontes. O jornalismo fica sem crítica, sem contraponto, sem contraditório, sem o outro lado. Seus profissionais ficam reféns dos interesses privados de grupos e pessoas, deixando os interesses coletivos em segundo plano. Quer dizer: o jornalismo deixa de ser jornalismo. (CRISTOFOLETTI, 2007, p.42).

No caso do objeto deste trabalho, a cobertura jornalística acaba se caracterizando como sendo especializada que se dedica ao meio político, tendo condições próprias e atípicas em comparação a outras formas e rotinas de cobertura. Existem nesse contexto, constantes interesses e conflitos, assim como, na sociedade em geral. A questão está no fato de que o assunto possui interesse coletivo e impacta diretamente a todos. (CRISTOFOLETTI, 2008).

Por esse motivo, a cobertura jornalística da política, conforme Cristofolletti (2008) deve ir além da aceitação de releases de assessorias ou informação do político, necessitada checagem dos fatos e a única forma é frequentando o ambiente, sendo em gabinetes de vereadores, ou em centros do executivo ou legislativo, além de buscar seus contrapontos. “Alta exigência, pressão constante e grande concorrência são ingredientes que, somados, podem resultar num certo afrouxamento moral e consequentes atitudes que contrariam valores éticos” (CRISTOFOLETTI, 2008, p.44).

3.4 Parlamentares como fonte em mídias legislativas

KUNCZIK (2002, p. 156, 157), apresenta em seu livro a “Teoria dos papéis”. Nela o autor tenta explicar que o comportamento dos seres humanos é diferente e previsível, e que depende de sua identidade social e da respectiva situação em que se encontra.

O papel é um meio analítico para interpretar os contextos da ação social e para representar as estruturas sociais. Por papel queremos dizer às expectativas que outros titulares de posições têm em relação ao titular de uma posição (por exemplo, como jornalista). Em outras palavras, estamos tratando da regulamentação normativa do comportamento que se relaciona com a posição. KUNCZIK (2002, p. 157).

Ao longo da história o profissional jornalista e sua fonte, protagonizam os dois principais papéis no processo de construção da notícia, sendo a base primordial na produção jornalística de qualquer meio de comunicação. Autores como Traquina, Sant’anna, Fontcuberta e Alsina, concentram seus estudos no tema.

Essa relação implica diretamente na qualidade do produto a ser transmitido a grande massa. “Para garantir um fluxo contínuo de informações, o jornalista muitas vezes acaba adotando o ponto de vista da sua fonte, quando emite a informação que dela se obteve”, (KUNCZIK, 2002, p. 260). Essa interação promove segundo o autor a publicidade da fonte, estabelecendo uma relação simbiótica entre o jornalista e suas fontes.

Com essa concepção podemos prosseguir para o foco desta reflexão sobre a relação entre a mídia legislativa mantida pelo parlamento municipal – TV Câmara Passo Fundo – e suas fontes. Para essa contestação vamos utilizar estudos elaborados por jornalistas que denominam essa relação de “mídias das fontes” (SANT’ANNA, 2008), assim como, a análise da cobertura jornalística e essas fontes no Jornal da Câmara.

Em um passado não muito distante o papel dos atores sociais, em nosso contexto os parlamentares, desempenhavam apenas o de fontes de informação. A partir do surgimento das mídias legislativas, esses agentes agregaram o “poder” da notícia.

É inegável a complexidade dos fatores que envolvem a relação do jornalista e sua fonte. Não é somente a conquista e a disposição da fonte no momento em que o jornalista necessita. Além disso, ela tem que ser confiável e saber do assunto que pauta o veículo de comunicação. A troca de conhecimento é constante, já que se de um lado a fonte tem que ter conhecimento, de outro, o repórter tem que “possuir” e conhecer a mesma. (SANT’ANNA, 2008).

Para Fontcuberta (1993, p. 57), é na seleção das fontes informativas que um veículo de comunicação pode se diferenciar dos outros veículos, uma vez que as rotinas produtivas são parecidas entre eles, bem como, o código jornalístico rege suas atividades. Nesse aspecto que a escolha das fontes ajuda a determinar diferenças nas rotinas e no resultado das produções.

Essa relação ainda segundo Alsina (1989, p. 117), pode ser descrita de três formas: total independência, cooperação ou produção da notícia pela fonte. É essa última forma de relação a mais comum nos modelos de TVL no Brasil, inclusive a de Passo Fundo.

Essa produção da notícia pela fonte acaba sendo resultado da dependência do canal do poder político da casa legislativa, realizado através dos seus parlamentares. Essa situação caracteriza um dos três tipos de relação entre a fonte e os jornalistas trazidos pelo autor sendo elas: total independência, cooperação ou produção da notícia pela fonte (ALSINA, 1989, p. 117). Essa última forma de relação é comum com o sistema político, uma vez que o poder político tem a capacidade de influir na informação por meio da produção de acontecimentos artificiais dotados de significado e que interferem na realidade (ALSINA, 1989, p. 115).

Soma-se ainda o fato já consolidado de que as fontes emprestam parte de sua credibilidade e autoridade para o veículo de comunicação (FONTCUBERTA, 1993, p. 58) auxiliando também dessa maneira na construção do reconhecimento profissional do jornalista, através de informações exclusivas. É sobre essa realidade segundo a autora, que a potência informativa do meio se manifesta de acordo com o número, a qualidade e o pluralismo das fontes.

Nos canais legislativos a possibilidade da existência de fontes que contemplem os requisitos mais procurados por jornalistas trazidos por Gans (1980, p.129-131), como proeminência, prestígio, produtividade, acessibilidade, confiabilidade, autoridade e boa articulação verbal é muito grande.

Eliane Cantanhêde resume o senso comum da profissão sobre a relação entre jornalistas e fontes do mundo político nos seguintes termos:

Os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe também o suficiente para não haver promiscuidade. [...] Pelo simples motivo de que os interesses são muito diferentes e, em geral, conflitantes. Fontes de governos, parlamentos, tribunais – ou seja, do poder – só querem divulgar o que lhes interessa, escondendo o que não interessa. Para os jornalistas, costuma ser justamente o contrário (CANTANHÊDE, 2006, p. 185).

Da mesma maneira é inegável que o poder formal e a autoridade dos cargos são dois dos critérios mais usados pela mídia na busca de fontes e mesmo entre atores que possuem o

mesmo cargo – os vereadores, por exemplo – há uma hierarquia formal e informal, produzida pelos fatores destacados por Gans e outros, como experiência, habilidades de comunicação, reputação ou papéis formais desempenhados (TRESCH, 2009, p. 71).

4 O TELEJORNALISMO NO BRASIL

Com o início da Televisão no Brasil, o jornalismo sofreu transformações na sua linguagem e foi obrigado a se adaptar ao uso da imagem e do som. A experiência na época em relação à ilustração dos fatos baseava-se na fotografia muito utilizada em jornais impressos, e admirada pelo fato de ser o retrato do fato apurado. Com os novos recursos da TV, essa busca pela realidade foi amplificada revolucionando antigos conceitos jornalísticos, criando um tipo peculiar no jornalismo televisivo (SOARES, 2007).

Conforme Joarle Magalhães Soares (2007), a trajetória dos telejornais no país, iniciou juntamente com a estreia da televisão, no ano de 1950. No dia 19 de setembro, o programa *Imagens do Dia*, fica registrado como o primeiro telejornal do Brasil, sendo transmitido pelo TV Tupi de São Paulo.

O *Imagens do Dia* segundo o autor possuía um formato simples, em que o apresentador era também responsável pela elaboração e edição das matérias. Outro fato peculiar é de que o telejornal não tinha horário fixo entrava no ar entre 21h30 e 22h, sempre com matérias muito semelhantes ao estilo do rádio, utilizando imagens em preto e branco e sem áudio. “Durante muito tempo, com grande parte da programação era transmitida ao vivo, o jornalismo de TV mais se assemelhava ao rádio com imagens, com o recurso das ‘cabeças falantes’”. (COUTINHO, 2010, p. 63).

O programa não durou muito. Em menos de dois anos saiu do ar dando lugar ao *Telenotícias Panair*, que também durou pouco mais de um ano. O modelo de se fazer telejornalismo, começa a mudar com a chegada do *Repórter Esso* em junho de 1953. O telejornal emprega nova linguagem e formatos visuais, revolucionando a linguagem jornalística na TV, o que garantiu um sucesso absoluto de mais de 15 anos. (SOARES, 2007, p.31).

Naquela época, era comum que telejornais fossem produzidos por agências internacionais ou emissoras norte-americanas, tendo o seu nome o do principal patrocinador, caso do *Repórter Esso*. Gabriel Priolli (2003) explica que mesmo o Brasil sendo o único país da metade sul do planeta a possuir a nova mídia, o acesso à televisão era limitada. A prova disso segundo Marialva Barbosa (2010) é que no ano de 1952 no Brasil havia cerca de onze mil televisores.

Ainda segundo Soares (2007), apesar de o telejornal brasileiro a partir dos anos 60, apresentar algumas transformações, também motivadas pelo maior tempo na grade, a grande

evolução na linguagem e forma de apresentação desse formato de programa, ocorreu com a solidificação do *Jornal Nacional* da Rede Globo.

Sobre o Jornal da Câmara, programa da TV do Legislativo de Passo Fundo, objeto desse estudo, não foram encontradas informações com fontes legais e documentais, sobre sua trajetória e/ou propósito. A única informação que faz alguma referência sobre o programa, ainda que de modo superficial, está no site da emissora que aponta que o telejornal surge com as primeiras transmissões do canal. Fato que não é comprovado pela matéria sobre a estreia do canal, publicada no jornal *O Nacional*, em sua página 06, do dia 24 de maio do ano de 2000, conforme anexo 1.

5 METODOLOGIA

Este capítulo dedica-se em apresentar os métodos de análise do objeto desta pesquisa, através de revisão bibliográfica, análise de conteúdo por amostragem de valores-notícia do Jornal da Câmara, principal conteúdo jornalístico da mídia, por meio de semana construída entre os meses de julho e agosto de 2017.

Utilizaremos da metodologia descritiva analítica. VERGARA (2000, p.47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação." Cita como exemplo a pesquisa de opinião.

Para uma pesquisa com base na técnica de análise de conteúdo, é necessário seguir alguns critérios para embasar a análise. De acordo com Moraes (1994), uma análise de conteúdo deve seguir cinco etapas que são: 1) Preparação das informações; 2) Unitarização; 3) Categorização (valores-notícia); 4) Descrição e 5) Interpretação. Para o autor, estas etapas contribuem na focalização de uma análise qualitativa.

A preparação das informações é a etapa em que se organizam as amostras a serem analisadas, para isso é necessário realizar uma leitura do material selecionado para tomar conhecimento do conteúdo e perceber que a amostra escolhida realmente está de acordo com os objetivos de sua análise (MORAES, 1994).

A outra etapa é a unitarização, um processo que implica verificar os materiais selecionados para organizá-los em unidades de significados. Esta unidade é definida por meio de palavra, verbo, citações ou até mesmo um documento na sua íntegra. Neste processo de transformação do texto em unidades de significados, a codificação dos materiais vem colaborar na sistematização ordenada do documento selecionado por meio de códigos utilizando as regras numéricas. Nesta etapa ainda é necessário estabelecer a unidade de contexto, desta forma pode empreender de maneira mais precisa todo o significado do material analisado (MORAES, 1994).

A terceira etapa constitui na categorização que segundo Moraes (1994) é “um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles”. A categorização segue os critérios: semânticos entendidos como categorias temáticas, sintáticos definidos por meio de verbos, adjetivos, léxicos que enfatiza as palavras segundo seu sentido, expressivos que classifica os diferentes problemas de linguagem.

5.1 ELENÇOS DOS VALORES-NOTÍCIA

A discussão contemporânea sobre o tema iniciou com Walter Lippmann em 1922 que empregou termo “valores informativos” em *Public Opinion* (Opinião Pública). Em seu primeiro capítulo “*The World Outside and the Pictures in our Heads*” (O Mundo Exterior e as Imagens em Nossas Cabeças), o autor afirma que os meios de comunicação esboçam muitas dessas imagens. “Nesse contexto, distingue também entre o ambiente (“o mundo que realmente esta lá fora”) e o pseudo ambiente (“as percepções subjetivas desse mundo”). (KUNCZIK 2002).

A conceituação sobre tema surgiu nos anos de 1960, período marcado por publicações sobre teorias do jornalismo. Em meio os estudos dessa época, destacam-se as das norte americanas Marie Ruge e Johan Galtung, que desenvolveram um conceito que definiu os critérios para a construção de uma notícia.

O estudo realizado no ano de 1965 pelas pesquisadoras, pautou estrutura do noticiário estrangeiro nos Estados Unidos, analisando notícias sobre as crises políticas em três países. O resultado desse trabalho foi o elenco de doze fatores responsáveis por todas as coberturas divulgadas sobre o tema. Esses fatores identificados se tornaram referências nas redações, por apresentar um padrão que acabou sendo adotado no jornalismo de todo o mundo.

De lá para cá, inúmeros autores trataram o tema entre eles destacam-se Nilson Lage, Mauro Wolf e o próprio Michael Kunczik. Para facilitar o entendimento na descrição e identificação dos valores-notícia recorrentes no Jornal da Câmara da TV legislativa municipal, vamos adotar os Elencos de Valores-notícia a seguir:

Quadro 1 - Elenco de valores-notícia

ELENÇOS DE VALORES-NOTÍCIA
Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
Lippman: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência).

Galtung e Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.
Golding-Elliot: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.
Gans: importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.
Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.
Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual / crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito / atrativo.
Shoemaker et all: oportunidade, proximidade, importância / impacto, consequência, interesse, conflito /polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade / curiosidade / raro.
Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.
Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura / conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa / suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas / invenções, repercussão, confidências.
Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.
Lage: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.

Fonte: Gislene Silva, 2017.

6 VALORES – NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA

Este capítulo se dedica em apresentar a descrição e a análise dos valores-notícia do Jornal da Câmara (JC), objeto desta pesquisa. O estudo será por meio do conteúdo do Jornal da Câmara vinculado através da TV Legislativa municipal, disponível no canal de vídeos Youtube. O programa tem duração média de 18 minutos, sendo transmitido diariamente de segunda a sexta-feira às 20h, pelo canal 16 da NET. O material selecionado que são as notícias, seguiu o critério de uma amostra referente a um dia de veiculação, inserido em uma determinada semana nos meses de julho e agosto deste ano. Dessa forma, foram analisados individualmente seis programas veiculados nos dias 10, 13, 24 do mês de julho e nos dias 14, 22 e 29 de agosto. A partir disso, será possível identificar quais são os valores-notícia predominantes no jornal, bem como, sua relevância na comunidade de Passo Fundo.

6.1. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 10 DE JULHO DE 2017.

6.1.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista Paula Petrini, o telejornal Jornal da Câmara (JC), inicia com a Escalada (informando as principais notícias da edição), sendo ao todo três (3) notícias em destaque. Entre estas, uma (1) sobre o serviço realizado pelo Conselho Tutelar do município (matéria de abertura), que utilizou a *Tribuna Popular* (espaço destinado para manifestações da comunidade em geral, que dispõe do tempo de cinco minutos), uma (1) sobre Sessão Solene em homenagem aos 40 anos de atividade de empresa local (Clínica Kozma), e entrevista com especialista referente à aplicação e fiscalização de uma nova Lei que proíbe consumo de bebidas alcoólicas em via pública, criada naquele parlamento, essa notícia é anunciada como destaque do segundo bloco. Das notícias utilizadas na Escalada, duas (2) tiveram sua origem na reunião plenária do dia 09 de julho de 2017 e a outra na Sessão Solene realizada na noite do mesmo dia. O programa é dividido em dois blocos.

O primeiro bloco termina com uma Nota Coberta (cabeça lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens), sobre a pauta do programa Literatura Local que é apresentado posteriormente ao telejornal. O primeiro bloco tem a duração de 9min 18 segundos.

O segundo bloco é dedicado exclusivamente à nova legislação e inicia com um briefing (resumo da informação) sobre a Lei que proíbe o consumo de bebidas alcólicas nas

vias públicas do município. A apresentadora anuncia a participação no estúdio para entrevista, do coordenador do setor de fiscalização do município que será responsável pela correta aplicação da mesma, durante a entrevista não são utilizadas imagens ou arte para facilitar a ilustração da notícia.

6.1.2 Análise

Quadro 2 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 10/07/2017

ELENCO VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 10/07/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de Abertura. Tribuna Popular, Conselho Tutelar de Passo Fundo. 1min45s.	Número de atendimentos do Conselho Tutelar no município; tipos de atendimentos; resultados satisfatórios; equipe reduzida que inviabiliza melhora nos resultados.	Proximidade geográfica, relevância, negatividade, identificação social e repercussão.
Matéria. Homenagem a Clínica Kozma (Sessão Solene). 6min13s.	Histórico da clínica abordada pelo diretor que enaltecem figuras públicas do município (fundadores); clínica particular e surgiu na cidade e se expande em outros municípios, homenagem proposta pelos vereadores Fernando Rigon e Mateus Wesp (fontes da matéria).	Personificação, referencias a pessoas e noções de elite, proximidade e proeminência (vereador proponente).
Nota coberta. Pauta do Programa Literatura Local (projeto livro na rua). 1min.	Projeto desenvolvido na rodoviária de Passo Fundo; voltado de forma gratuita à população; primeiro projeto dessa natureza e pretende incentivar a leitura.	Proximidade, identificação social, ineditismo e relevância.
Entrevista. (Lei que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas em vias publicas). 6min2s	Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos da cidade; contrário à cultura dos jovens que utilizam as praças e ruas para o consumo; lei nova.	Proximidade, importância, repercussão, novidade e utilidade.

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

O telejornal desenvolveu nesta edição um papel relevante ao difundir assuntos locais e que se relacionam em sua grande maioria no dia a dia das pessoas do município. A informação é basicamente entregue de maneira “limpa”, sem a utilização de efeitos ilustrativos, imagens ou edição mais dinâmica. As notícias apresentadas são pautadas em 2/3

de seu total pelos vereadores da casa legislativa, caracterizando-os como principal fonte de informação ou pauteiros. Com base no jornal analisado do dia, chama à atenção a proporcionalidade de tempo de cada assunto abordado. Nas duas matérias com origem na produção parlamentar dos vereadores, soma-se o tempo de 12min15s, de um total de 17 minutos de jornal.

Também é importante reconhecer que a cobertura dada ao assunto da Tribuna Popular, que naquele momento foi à dificuldade no desenvolvimento do trabalho no conselho tutelar do Município, trouxe de forma imparcial todas as peculiaridades, inclusive as de origem negativas referente à falta de pessoal e condições materiais, cumprindo dessa maneira o objetivo de fiscalização daquele parlamento.

Quando analisamos de forma mais profunda os elencos de valores-notícia, apresentados por Gislene Silva, fica claro que a produção de notícias do Jornal da Câmara, edição de traz como principais valores noticiosos a proximidade geográfica, relevância e identificação social. Os temas principais possuem o foco local e de importância para o público que é voltado. Quanto à atualidade dos fatos abordados, das três (2) matérias e a entrevista apresentada, somente a entrevista no estúdio possuiu caráter temporal, a que retratou a entrada em vigor de uma nova lei.

6.2. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 13 DE JULHO DE 2017.

6.2.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista Ana Paula Koenemann, o telejornal Jornal da Câmara (JC), inicia a edição com a Escalada anunciando as três (3) principais notícias, sendo o Grande Expediente do vereador Renato Tiecher, repercussão entre os vereadores durante a Reunião Plenária sobre a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a criação da Comissão Especial Egrégora. O programa é dividido em dos blocos.

A matéria de abertura trata sobre o Grande Expediente (espaço de 30 minutos que cada vereador possui, para apresentar na tribuna temas de sua escolha), do vereador Renato Tiecher, ocorrido em 12 de julho de 2017, durante a Reunião Plenária (sessão pública onde se reúne todos 21 parlamentares, para discussão de matérias e votação de projetos).

A emissora realizou a cobertura da pauta indicada pelo vereador para exibição durante seu expediente. O assunto tratado foi à aula de artesanato oferecida por duas escolas estaduais durante o turno inverso, para crianças da quarta série do ensino fundamental. A matéria é

realizada na Escola Salamão Ioschpe. É importante ressaltar que quando existe a necessidade de externas, o transporte da equipe da emissora é de responsabilidade do parlamentar que solicitou a pauta. A intenção do vereador é propor ao município a adoção desse curso na rede municipal de ensino.

Finalizando o primeiro bloco, a apresentadora realiza uma nota coberta sobre a pauta do programa Câmara Mulher, que vai ao ar logo após o Jornal e uma nota pelada (notícia lida pelo apresentador do telejornal, sem qualquer imagem ou ilustração), sobre o início das inscrições dos cursos profissionalizantes gratuitos oferecidos pela prefeitura. O primeiro bloco tem a duração de 9min 28 segundos.

O segundo bloco inicia com uma nota pelada, sobre a convocação da Justiça Federal para pessoas que ingressaram na justiça e que aguardam o recebimento de indenizações de pequenos valores requisitados e que estão aguardando o recebimento. Em seguida apresenta a matéria sobre repercussão da condenação do ex-presidente Lula, entre os parlamentares. A cobertura traz os discursos da tribuna de três vereadores, sendo dois a favor da condenação, Rafael Colussi e Mateus Wesp, e um contra, Alex Necker. Também é possível verificar a manifestação no microfone de aparte (microfone que o vereador pode pedir e com consentimento do orador, pode se manifestar durante o tempo do parlamentar que ocupa a tribuna), do vereador Aristeu Dalla'ana, que também concorda com a condenação.

Após, o JC finaliza a edição abordando a constituição da nova Comissão Especial Egrégora, trazendo informações sobre quais vereadores a compõe o prazo de funcionamento. A comissão criada atuará na melhora no acolhimento das crianças que estão inseridos em lares adotivos, como estrutura de saúde, oficinas e arrecadação de incentivos para esse tipo de local.

6.2.2 Análise

Quadro 3 -Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 13/07/2017

VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 13/07/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de abertura. (Grande Expediente vereador Renato Tiecher). 6min24s.	Artesanato nas escolas municipais; externa na sala de artesanato; crianças carentes; indicado pelo vereador (fonte).	Proximidade geográfica, visual atrativo, identificação social, proeminência e relevância.
Nota coberta. (Câmara Mulher). 1min23s.	Busca pelo corpo ideal; bullying; mulheres que sofrem com depressão por não estar de acordo com o modelo padrão.	Relevância, identificação humana, drama e proximidade.

Nota pelada. (Inscrições cursos gratuitos). 0.30s.	Cursos profissionalizantes oferecidos pela prefeitura de forma gratuita; para pessoas de baixa renda.	Proximidade geográfica, interesse, relevância e utilidade.
Nota pelada (Justiça Federal recebimento de indenizações). 0.30s.	Ações judiciais de indenizações que estão julgadas e aguardando o saque.	Amplitude, relevância, interesse pessoal/econômico e novidade.
Matéria. (Repercussão no legislativo municipal sobre a condenação de Lula). 3min09s.	Discussão entre parlamentares sobre as ações da justiça executadas em relação aos ex-presidentes do país.	Proeminência, interesse nacional, conflito e repercussão.
Matéria. (Comissão Egrégora). 4min21s	Criação da comissão para acompanhar a situação das crianças assistidas nas casas de acolhimento do município; vereador Saul Spinelli (fonte).	Proximidade geográfica, identificação social, proeminência e relevância.

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

Nesta edição o telejornal apresentou, em comparação com a anterior, maior número de notícias, intercalando assuntos do parlamento e assuntos gerais de interesse a população da cidade. Foi possível identificar a produção e a cobertura de pautas externas, evidenciando qualidade técnica na construção da notícia. É importante registrar que os três (3) principais conteúdos são pautados pelos vereadores, sendo que a matéria com maior tempo (6min24s) de um total de telejornal de 18min44s foi encomendada por um vereador para o uso em seu espaço de tribuna.

Em relação aos valores-notícias reconhecidos nesta edição, é possível identificar que alguns valores estão presentes já de forma consecutiva. Proximidade geográfica, identificação social, proeminência e relevância. Também podemos apontar que valores como drama, identificação humana e interesse nacional, surgem pela primeira vez. Sendo esse último, comprobatório quando demonstra que o parlamento municipal, também se insere em debates nacionais.

6.3. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 24 DE JULHO DE 2017.

6.3.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista Paula Petrini, o telejornal Jornal da Câmara (JC), inicia com a Escalada (informando as principais notícias da edição), sendo ao todo quatro (4) notícias em destaque, nomeação dos membros da Comissão Especial de Alteração da Lei

Orgânica, veto de projeto de lei que altera o horário do estacionamento de carga e descarga, tarifa única de R\$50,00 (cinquenta reais) de taxi para o trajeto até o Gran Palazzo e a retomada do programa É o Bicho, todas pautadas por vereadores. O programa é dividido em dos blocos.

A matéria de abertura refere-se à nomeação dos membros da Comissão Especial de Alteração da Lei Orgânica, que passa a obrigar que as emendas a Lei passe primeiro pela análise e aprovação da comissão. Também nessa matéria é retratada uma segunda proposta encaminhada pelo executivo, que cria o prazo de 100 dias para um novo governo apresentar um planejamento das metas de seu mandato. Essa matéria utiliza como fonte dois vereadores. Após é apresentado uma entrevista com vereador Mateus Wesp, justificando a indicação que sugere ao executivo municipal, a construção de um túnel para pedestres no trevo de acesso ao bairro São José.

Ainda no primeiro bloco é abordado o Pedido de Providência do vereador Rafael Colussi, em relação à ampliação do número de castrações do programa É o Bicho, que conforme o parlamentar é insuficiente para a demanda existente. Finalizando o bloco é apresentada uma nota pelada sobre a transmissão do cargo de prefeito para o seu vice, pelo período de cinco (5) dias.

O segundo bloco inicia com reportagem sobre as indicações do vereador Patric Cavalcanti, Presidente do Legislativo, ressaltando a que prevê o preço fixo de R\$50,00 (cinquenta reais), para a corrida de taxi no trajeto até o Gran Palazzo e a implantação de um estacionamento oblíquo na Rua Bento Gonçalves entre a Avenida Brasil e Rua Paissandu. A fonte da matéria é o vereador proponente, não utilizando outra fonte ou imagens do local para facilitar sua ilustração. Na sequencia o jornal apresenta matéria sobre a decisão de inconstitucionalidade da lei que proibiu durante quatro (4) anos o estacionamento de veículos aos arredores dos postos de combustíveis na cidade entre às 22h e 6h, juntamente com a proposta do vereador Roberto Toson, de que a prefeitura inicie um processo administrativo para as pessoas autuadas pela lei, possam recorrer nessa esfera antes da jurídica. A penúltima matéria a ser veiculada foi sobre o veto do executivo do projeto de lei de autoria do vereador Luiz Miguel Scheis, que pretendia alterar o horário de funcionamento dos espaços destinados ao carga e descarga. Em seguida para finalizar o telejornal, foram utilizadas duas notas, sendo uma pelada sobre as inscrições do concurso de música e outra coberta para divulgar a pauta do programa Literatura Local que é veiculado após o Jornal.

6.3.2 Análise

Quadro 4 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 24/07/2017

ELENCO VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 24/07/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de Abertura. (Nomeação dos membros da Comissão Especial de Alteração da Lei Orgânica). 4min.	Nomeação dos parlamentares que irão compor a comissão que conduzirá as alterações na constituição municipal.	Proximidade geográfica, proeminência, utilidade e relevância.
Entrevista. (Vereador Mateus Wesp fala sobre indicação de construção e túnel para pedestre no trevo do bairro São José). 048s	Proposta do vereador (fonte) para construir um túnel para pedestres no trevo do bairro; comunidade reclama a falta de segurança para atravessar a rodovia 285.	Proeminência, identificação social, utilidade e relevância.
Matéria. (Retomada do programa É o Bicho). 1min43s.	Programa de castração de animais de pequeno porte da prefeitura e que no ano de 2017 reduziu o número de procedimentos; vereador Rafael Colussi (fonte).	Utilidade, proximidade geográfica, proeminência e importância.
Nota pelada. (Transmissão do cargo de prefeito). 030s	Vice-prefeito João Pedro Nunes, assume por cinco (5) dias o comando da prefeitura; segunda vez que o prefeito Luciano Azevedo transmite o cargo.	Proeminência, atualidade, novidade, notoriedade e importância do indivíduo.
Matéria. (tarifa única de R\$50,00 (cinquenta reais) de taxi para o trajeto até o Gran Palazzoto) e (estacionamento Oblíquo). 2min45s.	Implantação de tarifa única de táxi proposta do vereador Patric Cavalcanti (fonte); passageiros reclamam dos valores praticados e que são coagidos pelos taxistas.	Proximidade geográfica, proeminência, conflito, polêmica, número de pessoas envolvidas e relevância.
Matéria. (Inconstitucionalidade da lei que proibiu o estacionamento de veículos próximos de postos de combustíveis). 1min08s.	Tribunal de Justiça do RS, declarou inconstitucional a lei municipal que proibia o estacionamento de veículos entre às 22h 06h, ao entorno dos postos de gasolina; vereador Roberto Gabriel Toson (fonte)	Conflito, polêmica, proximidade geográfica, proeminência, relevância e novidade.
Matéria. (veto de projeto de lei que altera o horário do estacionamento de carga e descarga). 1min31s.	Executivo vetou o projeto de lei da câmara de autoria do vereador Luiz Scheis (fonte) que pretendia regular o horário dos estacionamentos de carga e descarga.	Conflito, proeminência e proximidade geográfica.

Nota pelada. (Música na Praça, inscrições concurso). 030s.	Programação dos 160 anos do município; edital para inscrições de canções; concurso de música local.	Utilidade, número de pessoas envolvidas e proximidade geográfica.
Nota Coberta. (Pauta do Programa Literatura local). 1min09s.	Convidado Delci Nascimento, fala sobre o livro Aconteceu em Passo Fundo, que relata dia a dia, fatos relevantes ocorridos no município.	Proximidade envolvida, originalidade e relevância.

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

Nesta edição é possível verificar que o Jornal da Câmara foi dinâmico e teve abrangência de um maior número de notícias, em relação às edições anteriores. Dos programas analisados, o de menos tempo de exibição (15min50s) e o maior número de assuntos divulgados (9).

Como ocorrido nas outras edições a informação é basicamente entregue de maneira “limpa”, sem a utilização de efeitos ilustrativos, as imagens são integralmente de dentro do legislativo, mesmo quando trata de assuntos externos e de locais específicos. As notícias apresentadas em sua grande maioria são pautadas pelos vereadores da casa que correspondem a 11min55s do programa.

Nesta edição alguns valores-notícia surgem pela primeira vez como atualidade, novidade, notoriedade, importância do indivíduo, conflito, polemica, número de pessoas envolvidas, notoriedade, utilidade e novidade. Assim como, valores constantes até o momento ganham destaque novamente por sua repetição como proximidade geográfica, proeminência e relevância.

Nas informações apresentadas apenas duas possuem caráter temporal, identificadas em notas, relatam o prazo de inscrições para um concurso de música e outra notícia a saída de férias do prefeito, envolvendo valores como atualidade e novidade, sendo que esse último valor está presente também na matéria sobre a inconstitucionalidade de uma antiga lei. As demais são assuntos já pautados anteriormente e que não têm relação com o factual.

6.4. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 14 DE AGOSTO DE 2017.

6.4.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista Ana Paula Koenemann, o telejornal Jornal da Câmara (JC), inicia com a Escalada (informando as principais notícias da edição), sendo ao todo uma (1) notícia e uma entrevista para o segundo bloco. A reportagem de abertura refere-se à

reunião realizada entre os vereadores e a comunidade do Bairro São Luiz Gonzaga na Escola do CIEP, para tratar sobre a segurança na escola. A reportagem é pautada pelo vereador Evandro Meirelles, morador do bairro. Já a entrevista em destaque nessa edição abrangerá o segundo bloco, tendo como tema a obesidade infantil, não sendo pautada por vereadores. O programa é dividido em dois blocos.

A reportagem de abertura aborda ocorrências registradas na Escola CIEP do Bairro São Luiz Gonzaga. Em reunião com a Frente Parlamentar da Segurança Pública da Câmara de Vereadores, os dirigentes da escola e os pais dos alunos puderam dialogar com os vereadores que compõe a frente, brigada militar e representantes do executivo. Em seguida terminando o primeiro bloco, é apresentada uma nota pela com informações sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), que iniciará no próximo ano, testes rápidos e gratuitos para identificar as doenças da dengue e a febre chikungunya.

O segundo bloco é dedicado exclusivamente para a entrevista com a nutricionista Jureci Machado sobre a obesidade infantil. A entrevista foi gravada em outro estúdio e conduzida pela jornalista Paula Petrini. A entrevistada relata os problemas de saúde causados por conta da obesidade em crianças, estatísticas sobre o assunto e alimentação adequada.

6.4.2 Análise

Quadro 5: Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 14/08/2017

ELENCO VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 14/08/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de Abertura. (Reunião realizada entre os vereadores e a comunidade do Bairro São Luiz Gonzaga na Escola do CIEP). 6min53s.	Reunião ocorrida em escola municipal do Bairro São Luiz Gonzaga proposta pela Frente Parlamentar de Segurança pública (diversos vereadores como fontes); registro de aumento da violência na escola e falta de estrutura para melhorar a situação; proximidade do presídio.	Proximidade geográfica, proeminência, negativismo, violência e relevância.
Nota pelada. (Distribuição gratuita de testes rápidos para detectar doenças). 030s	Sistema Único da Saúde (SUS), distribuirá gratuitamente 3 milhões testes rápidos para identificar a dengue e febre chikungunya.	Atualidade, identificação social, utilidade e relevância.
Entrevista. (Obesidade infantil). 8min10s.	Número de crianças obesas com depressão; meio ambiente grande influenciador;	Curiosidade, importância, identificação social e relevância.

	crescimento da quantidade de crianças obesas.	
--	---	--

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

A edição traz elementos novos à análise das amostras realizadas até o momento. Pela primeira vez, o Jornal da Câmara, dispõe maior tempo do programa para um assunto que não é pautado e possui como fonte os vereadores. Com o tempo total de 17min26s, o JC utilizou mais da metade do seu tempo para o assunto obesidade infantil (8min10s).

Também é relevante apontar que em relação aos valores-notícia identificados nessa edição, existe da mesma forma uma mudança quando comparado às edições anteriores. Critérios noticiosos como preeminência e proximidade geográfica, até o momento presentes em praticamente todos os conteúdos divulgados, perdem espaços em detrimento de valores como relevância e identificação social.

É possível verificar a aparição de novos valores como violência, negativismo e curiosidade. Isso nos permite afirmar que o programa se considerado o número de notícias e o seu tempo de exibição, inovou de alguma forma seu conceito de conteúdo, ficando marcada também a utilização de imagens externas, incomuns até o momento e o destaque dado a entrevista que possuiu um bloco exclusivo.

6.5 JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 22 DE AGOSTO DE 2017

6.5.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista, Claudia Tainá, o Jornal da Câmara (JC), começa com a Escalada (informando as principais notícias da edição), sendo ao todo três (3) notícias. Nesse programa a apresentadora utiliza o bordão “Agora no canal da comunidade”. As reportagens em destaque são o Grande Expediente do vereador Roberto Toson, pedido de ampliação de escola infantil José Antônio Falcão localizado no Bairro São Luiz Gonzaga, feito pelo vereador Evandro Meireles e as atividades da Comissão Especial Egrégora.

A reportagem de abertura divulga o Grande Expediente do vereador Roberto Toson, que abordou a proposta que tramita na Câmara de Deputados, para alterar o sistema eleitoral com a utilização do chamado “distritão”. O parlamentar é contrário à proposta, assim como, o financiamento público de campanhas. Em seguida o telejornal apresenta a reportagem com a o vereador Evandro Meireles, que explica a necessidade de ampliação da escola infantil do Bairro São Luiz Gonzaga, frisado a existência de espaço físico e demanda da região como

justificativa. Antes do término do primeiro bloco, a apresentadora divulga por meio de uma nota pelada, a informação de que em reunião em Brasília o prefeito Luciano Azevedo, confirmou a liberação de recursos para a instalação de 10 novas acadêmicas ao ar livre no município. O programa é dividido em dois blocos.

O bloco dois começa com uma nota pelada apresentando as informações sobre a vacinação contra o HPV pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que será aplicado em três doses com intervalo de dois (2) meses. Sem seguida é veiculada a reportagem sobre as atividades da Comissão Especial Egrégora, que produzirá um relatório de necessidades das casas de amparo as crianças que estão acolhidos pelo Estado. Finalizando o bloco, uma nota coberta aborda a pauta do Programa Câmara Mulher que vai ao ar logo após o jornal. No programa será feita uma entrevista com a Delegada da Mulher, Rafaela Bier e o vereador Alex Necker, sobre a Lei Maria da Penha e o disque denúncia.

6.5.2 Análise

Quadro 6 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 22/08/2017

ELENCO VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 22/08/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de Abertura. (Grande Expediente vereador Roberto Toson, proposta reforma no sistema eleitoral). 6min14s.	Pauta debatida no Congresso Nacional que altera as regras das eleições; vereador Roberto Toson proponente do debate (fonte); Toson projeta que mudanças prejudicariam a democracia e aumentaria os custos do processo.	Interesse nacional, proeminência, negativismo e relevância.
Matéria. (Ampliação escola infantil Bairro São Luiz Gonzaga). 1min50s	Vereador Evandro Meirelles proponente (fonte) a atual escola atende somente segundo o parlamentar cinquenta (50) por cento da demanda.	Proeminência, identificação social, relevância e proximidade geográfica.
Nota pelada. (Construções de 10 novas academias ao ar livre). 040s.	Prefeito Luciano Azevedo (fonte) anuncia o recebimento de emendas parlamentares para a construção de novas academias ao ar livre.	Novidade, proeminência, interesse de um grande número de pessoas e utilidade.
Reportagem. (Atividades da Comissão Especial Egrégora). 7min15s.	Realização de um Plano de Ação para agilizar os processos de adoção e financiamentos para qualificar a estrutura das casas de acolhimento para as crianças	Identificação social, relevância, proeminência e proximidade geográfica.

	da cidade; instituições e vereador Saul Spinelli (fontes);	
Nota coberta. (Pauta Câmara Mulher programa que é veiculado neste dia logo após o JC). 1min37s.	Violência contra a mulher; avanços na proteção das vítimas; município entre os três (3) que mais registram ocorrências no RS; Delegada da Mulher Rafaela Bier e o vereador Alex Necker (fontes).	Identificação social, conflito, relevância e proximidade geográfica.

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

Nesse programa o telejornal aborda os assuntos retomando a utilização exclusiva de imagens internas do legislativo, independente das pautas. As duas reportagens de destaque são originadas pelos trabalhos dos vereadores sendo a de abertura referente ao Grande Expediente do vereador Roberto Toson, foi construída com informações apresentadas pelo parlamentar durante seu discurso e com gravação de entrevista com o mesmo. Não foram buscadas outras fontes de informação ou opinião sobre o tema.

Em seguida quando o telejornal retrata a indicação do parlamentar Evandro Meireles sobre a ampliação da escola de educação infantil no bairro onde reside, não busca o posicionamento do executivo, mesmo tendo a sede da Secretaria Municipal de Vereadores (SME), estando a poucos metros da emissora.

Em outra notícia de destaque nessa edição, a respeito de as atividades da Comissão Especial Egrégora, é possível verificar que a reportagem traz além do ponto de vista dos parlamentares, a visão dos responsáveis pelo serviço no município. Além de ser pauta pela segunda vez do telejornal durante essa análise.

Em relação aos valores-notícias, proeminência, identificação social, proximidade geográfica e relevância voltam a aparecer de forma incisiva. Nesse programa é interessante ressaltar que pela segunda vez, foi pautado assuntos de interesse nacionais, assim como, negativismo.

6.6. JORNAL CÂMARA TRANSMITIDO EM 29 DE AGOSTO DE 2017

6.6.1 Descrição

Apresentado pela Jornalista, Paula Petrini, o telejornal, começa com a Escalada (informando as principais notícias da edição), sendo ao todo quatro (4) notícias. As reportagens em destaque são a revogação dos incentivos fiscais e econômicos da Manitowoc,

derrubado pelo legislativo do veto do executivo a texto que estabelece prazo para entrega de exames do cólon do útero, proposta de emenda à Lei orgânica do município, entidade ambientais buscam aprovação do Plano Municipal de resíduos.

A reportagem de abertura trata da revogação parcial da lei que garantia benefícios econômicos e fiscais a empresa Manitowoc, para sua instalação no município ainda em 2011. Proposta pelo vereador Patric Cavalcanti, a lei que revoga os benefícios foi aprovado por entre os parlamentares. Com isso, a empresa deve pagar os impostos referentes há um (1) ano e seis (6) meses, tempo restante da concessão inicial.

Em seguida o telejornal veicula reportagem relacionada a derrubada por parte do legislativo do veto do executivo, frente o estabelecimento de prazo para entrega do resultado do exame do cólon do útero. Na mesma reportagem faz menção a manutenção do veto do prefeito em outros três projetos de lei: informação descrita no carnê de IPTU de quanto o município está devendo ao município; regulamentação da retirada de veículos abandonados nas vias e por último projeto que possuía objeto já regulamentado por lei.

Antes do final do primeiro bloco, é informada através de nota pelada, os prazos para a regularização das dívidas com o executivo através do Refis.

No segundo bloco a reportagem de abertura é sobre a proposta de emenda a Lei Orgânica do município, que estipula prazo de resposta e o tramite referente às proposições encaminhadas pelo legislativo. Em seguida é veiculada a matéria que relata a visita das entidades ambientais, Agenda 21 e Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (Gesp), aos vereadores, a fim de agilizar a tramitação na casa do Plano Municipal de Resíduos. Para finalizar a edição do telejornal, é apresentada através de nota coberta, a pauta do programa Política em Ação, que tem como entrevistado o secretário municipal da Cultura, Pedro Almeida.

6.6.2 Análise

Quadro 7 - Elenco Valores-notícia Jornal da Câmara 29/08/2017

ELENCO VALORES-NOTÍCIA JORNAL DA CÂMARA 29/08/2017		
Matéria/Notícia/Nota	Texto identificado	Valores-notícia
Matéria de Abertura. (Revogação parcial da lei que garantia benefícios econômicos e fiscais a empresa Manitowoc). 4min10s.	Empresa perde garantias e passa a pagar os impostos devidos do período restante do benefício, após suspender suas atividades e demitir cem (100) funcionários; proposta	Interesse social, proeminência, proximidade geográfica, novidade e relevância.

	do vereador Patric Cavalcanti (fonte);	
Matéria. (Derrubada do veto pelo legislativo do veto do executivo a projeto de lei que prevê prazo de entrega de exames do cólon do útero e a manutenção de outros três (3) vetos do executivo). 4min36s	Legislativo derruba o veto do executivo ao o projeto de Lei do vereador Saul Spinelli (fonte); projeto de lei obriga o município entregar em tempo determinado o resultado dos exames, que segundo o parlamentar proponente é fundamental na prevenção de câncer no útero.	Proeminência, identificação social, conflito, rivalidade, relevância e proximidade geográfica.
Nota pelada. (Prazo para o Refis municipal). 1min36s.	Proposta para pagamento com parcelamento e desconto da dívida dos cidadãos de impostos do município como IPTU e sobre serviços	Proximidade geográfica, interesse de um grande número de pessoas e utilidade.
Reportagem. (Emenda à Lei Orgânica do município, que prevê a disciplina o tramite e estipula o prazo de resposta das proposições do parlamento). 2min50s.	Proponente vereador Roberto Toson (fonte); altera o tramite das documentações oficiais entre os poderes executivo e legislativo, prevendo agilidade e fixação de prazos de resposta.	Proeminência, novidade, relevância e proximidade geográfica.
Reportagem. (Entidades buscam apoio para aprovação do Plano Municipal de Resíduos). 3min.	Entidades buscam padronizar as lixeiras e estipular um cronograma para coleta seletiva no município, além de incentivar as cooperativas de catadores.	Identificação social, relevância e proximidade geográfica.
Nota coberta. (Pauta do programa Política em Ação, com o entrevistado Pedro Almeida, secretário de Cultura). 1min13s.	Secretário de Cultura Pedro Almeida (fonte); explica o funcionamento da pasta e quais as ações que realizam como eventos culturais, apoio as atividades de associações e entidades.	Relevância e proximidade geográfica.

Fonte: Jornal da Câmara (2017)

O telejornal dessa edição aborda com exclusividade assuntos referentes aos trabalhos dos parlamentares e das discussões em plenária. Em apenas uma ocasião (matéria sobre Plano Municipal de resíduos) a fonte entrevistada não foi um parlamentar. Quanto à técnica e utilização de recursos visuais e sonoros para facilitar o entendimento da matéria, mais uma vez não foi empregada.

Em relação aos valores-notícias, mais uma vez, proeminência, identificação social, proximidade geográfica e relevância voltam a aparecer de forma incisiva. Nesse programa é interessante ressaltar a aparição dos valores novidade, conflito e rivalidade.

6.7 Resultados da análise

Existe um conceito universal de que os meios de comunicação de massa são considerados um importante mecanismo de poder de persuasão que é capaz de disseminar uma interpretação da realidade com uma condição única.

Ao analisar os valores-notícias do telejornal da TV Câmara de Passo Fundo, é possível identificar que as principais fontes de informações da emissora são os próprios vereadores. Além deles, especialistas, autoridades dos diferentes níveis aparecem com menor frequência e sempre como complemento a matérias pautadas pelos parlamentares. Dessa maneira, foram percebidas algumas características que despertaram a atenção.

A primeira delas é sobre os valores-notícia de relevância (23), proximidade geográfica (19), proeminência (18) e identificação social (13) serem os mais presentes nas notícias. O peso que cada um desses critérios possui é determinante para que um acontecimento seja divulgado. A diferenciação de valores quando ocorrem, estão empregados em sua grande maioria, em notas rápidas permitindo o entendimento de que agem com pouca relevância na produção do conteúdo do telejornal.

É possível afirmar que todas as matérias de destaque quando considerado o tempo da mesma em relação à edição do jornal, são de origem política que retratam a ação de um determinado parlamentar. Nas reportagens de abertura em apenas um programa esse critério não foi utilizado.

Entre os seis telejornais analisados não foram identificados pautas originadas pelo cidadão ou representantes da sociedade. Desse modo, podemos afirmar que o slogan da casa legislativa “O Poder da Comunidade”, não se aplica na emissora tornando o parlamentar o elo exclusivo da emissora com a comunidade.

7 CONCLUSÃO

A rotina de trabalho e a rede de contatos pré-determinada do jornalista que atua na emissora legislativa de Passo Fundo, somada a falta de estrutura quanto à locomoção da equipe para cobrir externas e autonomia em sua produção jornalística, inevitavelmente interferem na seleção e qualidade da reportagem, se tornando critérios noticiosos ou valores-notícia presentes no processo de produção.

Isso por sua vez, não pode ser aceito como justificativa na complementação de pautas que estão diretamente relacionadas ao executivo municipal, ainda mais quando a fonte que pode fazer o contraponto da reportagem encontra-se localizada fisicamente próxima. Caso do Prefeito e secretários das pastas de Educação, Educação, Administração, Obras, Captação de Recursos e Inovação e Serviços Gerais, que ocupam o mesmo endereço.

Sendo assim, os valores-notícia relacionados com a Tevê Legislativa, acabam sendo nocivos e determinantes para a seleção das notícias que, de fato, interessam ao público. Essa condição contradiz na maioria das situações percebidas a função da Câmara de Vereadores e consequentemente de sua emissora, que é de fiscalização do Poder Executivo do município, já que poucas vezes realiza coberturas sobre os anseios da população em relação aos serviços públicos que a casa deve por natureza fiscalizar.

Seguindo esse raciocínio, é perceptível por intermédio dos valores-notícia reconhecidos na amostragem, que a produção do principal programa do segmento do jornalismo da TV Câmara de Passo Fundo utiliza de técnicas jornalísticas, mas está em conflito com o conceito de jornalismo, quando comparados com as teorias que atribuem à prática, a defesa dos interesses da sociedade. Esta condição acaba aproximando sua produção de conteúdo com o identificado nas assessorias de imprensa, que possuem uma estrutura em função do seu principal cliente ou pauteiro.

Nesse sentido, fica evidenciada na decupagem das edições analisadas que o Jornal Câmara restringe-se a finalidade de sua emissora, proposta pela Lei 8977/95 do cabo difusão, que é de divulgar os trabalhos do legislativo e seus parlamentares, não possuindo autonomia em relação a pautas de relevância social, quando compreendida falta da imparcialidade, apuração dos fatos e autonomia por estar diretamente submetida à produção dos parlamentares e controle da Mesa Diretora. Da mesma forma, apesar de abordar assuntos locais, não permite a participação do cidadão comum.

Porém, é inevitável o reconhecimento de sua importância quando comprovadamente suas notícias, possuem em grande maioria relevância para os cidadãos do município, pois

existe o foco em assuntos da comunidade e ações que atingem grande parte da sociedade de forma direta ou indireta por intermédio de serviços prestados pelo executivo ou organizações sociais.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- ARTV. Regime do Canal Parlamento, do portal da Assembleia da República e da presença institucional nas redes sociais
Disponível em:
<http://http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/RegimeCanalParlamentoPortalAR_simples.pdf>. Acesso 29 ago. 2017.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil**. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. História da televisão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010. p. 15-35.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil, de outubro de 1988**. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (art.2º).
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
Acesso em: 17 out. 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.977, de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (art.23). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8977.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-52-17-outubro-2012-774424-publicacaooriginal-137923-cd-mesa.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO FUNDO. Disponível em:
<<http://www.camarapf.rs.gov.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- CANTANHÊDE, Eliane. O jornalismo e a “fonte”: muito trabalho, bastante credibilidade e uma pitada de bom senso. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 181-192.
- COUTINHO, Iluska et al. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.
- CRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo, Contexto, 2008.
- C-SPAN. **History**. Disponível em: <<https://www.c-span.org/about/history/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1993.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge/MA, London: The MIT, 1990.p. 56-80.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**. New York: Vintage Books, 1980.

HALLIN, Daniel. **Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses Cuadernos de Información y Comunicación** (CIC Digital) no 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/per3/cic/cic3ar13.htm>>. Acesso 25 jul. 2017.

KOVACH, Bill e Rosenstiel, Tom. **Os Elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo, Geração, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e sul**: Manual de Comunicação/Michael Kunczik; tradução Rafael Varela Jr.-2.ed.1 reimpr. – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo 2002, - (Com-Arte).

LA CHAÎNE PARLEMENTAIRE. Disponível em: <<http://www.lcpan.fr/chaine.asp>>. Acesso 23 jul 2017.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/rede-legislativa-de-tv-vai-lancar-mais-canais-em-2017>>. Acesso em 24 ago. 2017.

MORAES, R. Análise de Conteúdo: **limites e possibilidades**. In: ENGERS, M.E.A. (Org). Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. In: BUCCI, Eugênio (org). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2003. P. 13-24.

RÁDIOBRAS. **História da Voz do Brasil**. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta - condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

ROSSETO, Graça P. A TV SENADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL. In: I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, 2006. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Rossetto_2006.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

ROSSETO, Graça P. OS ESTUDOS DA TV POR ASSINATURA NO BRASIL. In: III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo, RS – 2005. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3bdL-BnbKEkJ:www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/OS%2520ESTUDOS%2520DA%2520TV%2520POR%2520ASSINATURA%2520NO%2520BRASIL.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 set. 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **ACM: Poder, Mídia e Política**. Brasília: UNB, 2001.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**. O difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2008.

SANTOS, Maria de Lourdes. Breve História da TV legislativa no Brasil: raízes e origens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – Intercom, 29., 2006, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1847-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SILVA, Gislaine. **Para Pensar Critérios de Noticiabilidade**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>. Acesso em: 21 set. 2017.

SOARES, Joarle Magalhães. **Como é que os acontecimentos se tornam notícia? Um estudo sobre os valores-notícia no Jornal Nacional**. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF, jul. 2007, Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/joarlemagalhaessoares.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

TORVARES, José Carlos. **Televisão pública**. Porto Alegre: Evangraf LTDA, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. 2.^a reimpressão. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2003.

TRESCH, Anke. **Politicians in the Media: Determinants of Legislators' Presence and Prominence in Swiss Newspapers**. The international Journal of Press/Politics. London: Sage, volume 14, p. 67-90, jan. 2009.

TV CÂMARA PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://www.camarapf.rs.gov.br/tvcamara>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

TV CÂMARA PASSO FUNDO. Segue tramitação para implantar canal aberto e digital no Legislativo. Passo Fundo, mar.2016. Disponível em: <<http://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/922/tv-camara>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

TV CÂMARA PASSO FUNDO. **Parceria entre Legislativo e UPF pretende diversificar a programação**. Disponível em: <<http://www.camarapf.rs.gov.br/noticia/1806/tv-camara>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Anexo 1

Notícia publicada pelo Jornal O Nacional na página 06, do dia 24 de maio do ano de 2000. Título: TV Câmara esta no ar e recebe elogios.

Affonso Ritter

Quem paga a guerra fiscal

A conta dos incentivos fiscais, distribuídos por alguns governos estaduais nos últimos anos, principalmente à montadoras de veículos, poderá ser transferida a todos os brasileiros, informa o novo jornal, Valor, em sua edição de segunda-feira desta semana, baseado no relatório da comissão especial da reforma tributária, que acatou um acordo entre os secretários de Fazenda, selado no final do ano passado. A proposta é transferir a um fundo de operações interestaduais as obrigações tributárias e financeiras assumidas pelos Estados com empresas até 31 de dezembro de 99 pelos 15 anos seguintes. Os valentes "guerrelhos fiscais", são poucos: RS, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Se o pagamento destes custos não for socializado para todos os Estados, ele vai recair sobre os "guerrelhos". E alguns deles terão até dificuldades em assumi-los.

Seguro contra instabilidade — Quase todos os contratos assinados entre as montadoras e os Estados o foram em cartório, como uma espécie de seguro contra a instabilidade legal do país, diz o jornal. A lei baiana, que homologou o contrato com a Ford, semelhante ao existente entre o RS e a GM e Minas e Mercedes Benz, define isso claramente: "Na hipótese de ocorrer reforma tributária ou impossibilidade jurídica quanto à adoção do tratamento dispensado nesta Lei, fica assegurada a sua substituição por outro, compatível com a nova ordem tributária e com as obrigações assumidas pelo Estado em contrato com particulares".

Medabil cresce com a Ford — A empresa gaúcha metálica que mais cresce no Brasil, ocupando a liderança nacional do setor. A projeção de seu presidente, Atílio Bilibio, é de uma expansão de 27% em seu faturamento para este ano, graças sobretudo aos fornecimentos à nova planta da Ford do Brasil em Camaçari, na Bahia. Mas há outras encomendas importantes, como da nova loja do Carrefour em Porto Alegre.

RS tem só 25 mil classe A — O RS tem apenas 25 mil pessoas ganhando acima de R\$ 4 mil por mês, segundo revelou ontem durante almoço com jornalistas

geral

O NACIONAL

TV Câmara está no ar e recebe elogios



Desde o dia 15 de maio está operando o mais novo canal de TV a Cabo de Passo Fundo disponibilizado pela NET, com base em dispositivo Constitucional, que coloca à disposição dos Legislativos espaço gratuito para divulgação das atividades parlamentares. A TV Câmara de Passo Fundo opera no Canal 16, levando ao ar diariamente as Sessões Ordinárias na sua íntegra.

O presidente do Conselho Administrativo da RBS, Jayme Sirowsky, elogiou a iniciativa da Câmara de Passo Fundo, de utilizar-se deste espaço para a divulgação dos seus trabalhos legislativos, durante visita feita à Câmara segunda-feira.

PERPÉCUSSÃO - O presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo, Júlio Ferreira de Andrade, usou o espaço do Grande Expediente da Câmara de Vereadores, em 22/05, para oficializar a implantação da TV Câmara. O Projeto de Lei, de autoria do vereador Izair Sachet, PTB, é bom, oportuno e importante, tanto que foi aprovado pela unanimidade desta casa, disse.

Também, destacou o trabalho da Comissão Especial que analisou a viabilidade ou não para a implantação deste canal de TV em

rede fechada (TV a cabo), e concluiu pela sua instalação. Trata-se de um canal à disposição do Legislativo, que vem para suprir as necessidades de divulgação de todos os trabalhos da Câmara e, também, estará à disposição da comunidade. Fez questão de destacar a atuação dos órgãos de imprensa local. A TV Câmara não vai concorrer, ela vem para somar e mostrar a comunidade todas as iniciativas do Legislativo.

Comunicou, durante o seu pronunciamento, que nesta primeira fase serão transmitidas as Sessões Ordinárias, para numa segunda etapa levar ao ar outros serviços e

atividades desempenhadas, principalmente nas Comissões Permanentes.

REALIDADE - O vice-presidente, Giovanni Corralo, PDT, resumiu o seu pensamento sobre a TV Câmara afirmando que ela "é fruto de uma construção coletiva". Na prática, complementou o vereador Luciano Azevedo, PPB, o presidente Júlio Andrades percebeu sua importância e sabiamente tomou uma posição decisiva para o arandamento deste processo e tornar a TV em realidade.

O líder da bancada do PT, vereador André Agostini entendeu que todos os atos do Legislativo devem ser públicos e todo o instrumento construído para tornar público os mesmos são válidos. Na relação custobenefício a TV Câmara é um instrumento acessível em relação a comunicação convencional, observou. O líder do PFL, vereador Jaime Babastiani, considera a TV a cabo um veículo que aproximará, ainda, mais a comunidade do Poder Legislativo; através da TV Câmara, o Legislativo local e os parlamentares estarão prestando contas a comunidade, via TV, por último destaca que este é um dos mais modernos sistemas de comunicação.

CDL promove mais um Treinamento de Caixa e Credidiário

Mil táxis de Porto Alegre tem serviço MoviStar Amigo

600 NO INTERIOR - A exemplo do convênio firmado em Porto

Inicia nesta quarta-feira

Toá.